



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS - CCBSA  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABRIELLA REGINA DA SILVA

**A VENEZUELA FOI ESQUECIDA? INSTABILIDADE POLÍTICA E CRISE  
HUMANITÁRIA**

**JOÃO PESSOA  
2023**

GABRIELLA REGINA DA SILVA

**A VENEZUELA FOI ESQUECIDA? INSTABILIDADE POLÍTICA E CRISE  
HUMANITÁRIA**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, como requisito parcial à obtenção do título do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

**Orientador: Filipe Reis Melo**

**JOÃO PESSOA  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586v Silva, Gabriella Regina da.  
A Venezuela foi esquecida? instabilidade política e crise humanitária [manuscrito] / Gabriella Regina da Silva. - 2023.  
28 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Filipe Reis Melo, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Instabilidade política na Venezuela. 2. Direitos Humanos. 3. Venezuela. 4. Hugo Chávez. 5. Nicolás Maduro. I. Título

21. ed. CDD 320.987

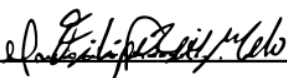
GABRIELLA REGINA DA SILVA

**A VENEZUELA FOI ESQUECIDA? INSTABILIDADE POLÍTICA E CRISE HUMANITÁRIA**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, como requisito parcial à obtenção do título do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: 06/03/2023.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof Filipe Reis Melo  
(Orientador) Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Marciqnlla Fernandes  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Carlos Enrique Ruiz Ferreira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2 Histórico recente .....</b>	<b>7</b>
<b>3 Governo de Hugo Chávez .....</b>	<b>8</b>
<b>4 Governo de Nicolás Maduro .....</b>	<b>15</b>
<b>4.1 A crise dos últimos anos .....</b>	<b>15</b>
<b>5 Intervenção para garantia dos Direitos Humanos ou do imperialismo dos Estados Unidos?.....</b>	<b>18</b>
<b>6 O Direito Internacional dos Direitos Humanos e a crise .....</b>	<b>20</b>
<b>7 Considerações Finais .....</b>	<b>23</b>
<b>Referências .....</b>	<b>24</b>

## A VENEZUELA FOI ESQUECIDA? INSTABILIDADE POLÍTICA E CRISE HUMANITÁRIA

Gabriella Regina da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

O objeto do estudo consiste em analisar o contexto histórico da Venezuela, com foco nos governos de Hugo Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro (2013-atual), e quais as causas para a crise política e econômica enraizada no país. Dentro do contexto de análise do caso venezuelano, iremos abordar as consequências da crise, quais foram as medidas de restituição tomadas pelo presidente Nicolás Maduro e as sanções vividas pela população do país. São discutidas as normas que aplicam o Direito Internacional dos Direitos Humanos elaboradas em 1945 com o intuito de explicar quais as consequências sofridas pelo povo venezuelano com o alastramento da crise política e econômica que avançou para os parâmetros sociais.

**Palavras-chave:** Instabilidade política, Direitos Humanos, Economia, Venezuela.

### ABSTRACT

The object of the study is to analyze the historical context of Venezuela, focusing on the last governments of Hugo Chávez (1999-2013) and Nicolás Maduro (2013), and what are the causes for the political and economic crisis rooted in the country. Within the context of analyzing the Venezuelan case, we will address the consequences of the crisis, what were the restitution measures taken by then President Nicolas Maduro and the sanctions experienced by the country's economy as a form of punishment for the Bolivarian government. Despite this, the norms that apply the International Human Rights Law, elaborated in 1945, will be discussed in order to explain the consequences suffered by the Venezuelan people with the spread of the political and economic crisis that advanced social parameters.

**Key words:** Political instability, Human Rights, Economy Venezuela.

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais, UEPB, João Pessoa, PB. reginagabriella6@gmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

O desastre econômico na Venezuela é relatado pela mídia, principalmente, sob a ótica estadunidense. Essa versão retrata o governo de Hugo Chávez (1999-2013), sucedido por Nicolás Maduro (2013-atual), como responsáveis pela tragédia econômica, política e social enfrentada pela Venezuela. O que ocorre na Venezuela possui uma construção histórica muito mais abrangente do que os seus dois últimos governos. Diante de análises realizadas, a Venezuela é retratada por analistas e pela mídia hegemônica, como um país de prosperidade e bonança e que o bolivarianismo teria a responsabilidade por tal decadência, sendo usada como justificativa para uma intervenção ideológica proposta pelos Estados Unidos.

Este trabalho tem por finalidade analisar as causas da desestabilização da Venezuela em seu cenário político, no período final da década de 1990 e nos dias atuais, as consequências da desestabilização política e econômica à luz dos Direitos Humanos e abordar como ocorreu o processo da atual crise na Venezuela. Foi realizada uma análise da construção da história política do país, foram apresentadas as experiências históricas, tanto no cenário interno como externo, as consequências das políticas anteriores para a atual crise e instabilidade instaurada no país e uma análise crítica do interesse internacional sobre a Venezuela, bem como a crise humanitária e migratória vivenciada por seu povo.

Os objetivos específicos consistem em: (I) investigar o contexto histórico da formação dos governos Hugo Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro (2013-atual); (II) descrever os princípios, normas e regulamentações que regem os Direitos Humanos assim como caracterizar o seu papel na sociedade internacional; (III) citar as consequências da crise para o âmbito interno.

A razão desta pesquisa será buscar entender a instabilidade instaurada na Venezuela e por quais motivos é difícil localizar soluções práticas, considerando o sofrimento de milhares de pessoas atingidas diretamente e indiretamente pela crise. Descrever a importância da aplicação dos Direitos Humanos e as consequências da quebra desses direitos na vida da população venezuelana, tendo em vista que a falta de recursos econômicos deturpa as condições básicas para uma sobrevivência digna humana.

Para o campo acadêmico de Relações Internacionais, o objeto de estudo destaca-se por abordar temáticas que envolvem a área de ciência política, economia e como os Estados comportam-se diante da instabilidade política e social em uma região estratégica por seus recursos naturais. Na área dos Direitos Humanos, podemos levantar as hipóteses de conflitos com a crise social e seu agravamento originados pelo impacto da migração do povo venezuelano em busca por melhores condições de vida.

O objeto de estudo foi escolhido pela identificação com questões atuais no cenário regional na América Latina e pela proximidade do tema com a área dos Direitos Humanos, com o intuito de promover uma análise crítica e construtiva acerca da Venezuela.

## **2 Histórico recente**

A República Bolivariana da Venezuela tem sua história caracterizada por lideranças de políticas carismáticas vinculada a setores tradicionais da sociedade, como militares e grandes latifundiários. O país forma-se num modelo em que os governantes buscam obter o controle do poder através de estratégias, como manipulação do parlamento, manejo da população vulnerável e dos setores da economia, o que ocasiona oscilações entre serenidade e instabilidade política, persistente nos dias atuais. Desde o início do século XX, a Venezuela experimentou governos que mantiveram os interesses dos militares e que geraram diferenças sociais. Por ser um país rico em recursos energéticos, a história da Venezuela evidencia sempre o jogo de interesses da política para a elite minoritária e da manutenção desta minoria no poder.

Antes de abordarmos o que antecede ao modelo democrático da Venezuela de 1999, uma democracia com forte participação popular, precisamos relembrar períodos da história quando a vida política cotidiana do país foi comandada por líderes como Juan Vicente Gómez (1931-1935), considerado o responsável por quitar com o caudilhismo histórico e por promover a descoberta do petróleo em águas nacionais, assim como Marcos Pérez Jiménez (1948-1958) que encabeçou as obras públicas com o intuito de estabelecer maior ligação entre os elos econômicos nas principais cidades. Ambos os governantes foram caracterizados como autoritários (UCHOA,2003).

Após Gómez e Jiménez, podemos destacar a administração de Carlos Andrés Pérez em seu primeiro mandato (1974-1979), por não ter origem na carreira militar. Era seguidor de Rómulo Betancourt, fundador do partido Ação Democrática (AD), em 1941. Foi considerado precursor na defesa dos trabalhadores da indústria petroleira nos anos da Segunda Guerra Mundial. Pérez, junto a outros políticos apoiadores do movimento democrático, foi responsável por eliminar, em 1958, o ditador Marcos Pérez Jiménez (COELHO, 2021).

Em retrospectiva histórica, podemos analisar os dois últimos governos do país no século XXI, durante o governo Hugo Chávez (1999-2013) e logo após seu sucessor Nicolás Maduro (2013- aos dias atuais). Primeiro, Chávez encaminha o seu governo com propostas populistas para conquistar o povo venezuelano e com ideologias de uma sociedade baseada no bolivarianismo. Propostas nacionalistas e centralizadas são as características do governo Chávez. O grande investimento na exploração do petróleo e a nacionalização dos setores estratégicos fizeram a fortaleza do governo Chávez. Ele governou por três mandatos, elevando a



importância da Venezuela para a América Latina e sua aproximação com Cuba provocou a hostilidade dos Estados Unidos que iniciaram uma política externa para minar a economia venezuelana. Isso fez com que o país não fosse bem visto no cenário internacional, acarretando o afastamento dos investimentos internacionais. Todavia, Chávez possuía o apoio do povo venezuelano, pois desenvolveu políticas de melhorias na área de saúde, educação e levou para o povo uma visão de “líder familiar”.

Em segundo ponto de análise, dá-se a transição do governo de Chávez para o então ministro das relações exteriores da Venezuela, Nicolás Maduro, que seria o vice da próxima candidatura da “Era Chávez”. Porém, em 2011, Hugo Chávez fez um anúncio em rede nacional informando sobre problemas de saúde e que precisaria ausentar-se do seu cargo, dando a Maduro maior destaque como representante oficial do governo em diversas ocasiões. A Venezuela começa a enfrentar diversas crises econômicas e políticas após as últimas eleições de 2012, entre Chávez e Henrique Capriles, governador de um importante Estado do país. Hugo Chávez morreu após ter sido empossado no seu quarto mandato seguido, levando a necessidade de convocação de novas eleições. Maduro é lançado como sucessor do partido chavista, enquanto Capriles segue como maior opositor e levanta diversos debates sobre mudança no país. Maduro elege-se em disputa com pouca diferença de votos e a oposição ao método chavista cresce, causando um aumento de instabilidade política no país até os dias atuais.

Para explicar a crise instaurada na Venezuela, faz-se necessário destacar que o país durante décadas teve sua economia voltada para exportação do petróleo. Durante a década de 1970, com a alta no preço da commodity, o governo de Carlos Pérez (1974-1979) aproveitou a entrada de investimentos em dólar, para promover a importação de bens que eram consumidos no país e mais a frente Hugo Chávez promove o financiamento dos programas sociais desenvolvidos em seu governo, mas sem o incentivo na produção agrícola e industrial.

Segundo pesquisa feita por analistas internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (FIGUEIREDO; MORAIS, 2019), para a revista Politize, no governo de Nicolás Maduro, a Venezuela passa por um retrocesso econômico devido à dependência do mercado petrolífero. A queda do preço do petróleo a partir de 2014 prejudicou as finanças da Venezuela.

A falta de investimento privado e público nos setores industriais causa uma dependência do país da importação de produtos essenciais, ocasionando o desabastecimento em supermercados e farmácias. Isso ocasiona um custo maior para o povo ter acesso a artigos básicos. Maduro despertou uma posição mais firme no país, como uso da força de segurança do Estado para conter os movimentos sociais e relatos de perseguição política à oposição. A aquisição do aumento da dívida pública é recorrente na Venezuela e a desvalorização da moeda gera um aumento incontrolável da inflação no país, a produção de moeda foi tida como

solução, porém, agravou ainda mais o andamento da crise econômica. A população, sem acesso a itens essenciais à sobrevivência, leva a crise econômica para as ruas em oposição ao governo de Maduro e há um agravamento da crise econômica.

A crise desencadeada no país gera indagações em quesitos considerados primordiais à manutenção do bem-estar social. A falta de recursos básicos para sobrevivência faz com que haja a quebra de direitos básicos garantidos ao ser humano para a preservação da vida digna e a paz social. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo homem independente da etnia, status social deve ter seu direito à vida oportuna e recursos para manutenção da mesma garantidos:

Artigo XXV- Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Em uma condição de fragilidade, o Estado deixa de prover para a população recursos básicos e essenciais, a falta de abastecimento nos supermercados ocasiona uma onda de “desastres” sociais para o venezuelano, a ausência de medicamentos gera crise entre dependentes. A alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, declarou em 2019 que a situação econômica do país continua afetando direitos sociais básicos aos venezuelanos. A representante destaca que uma das preocupações da comissão na ONU é o acesso da população a serviços públicos como saúde e educação, principalmente dos jovens, e as restrições de liberdade que limitam o espaço democrático no país. O então presidente Nicolas Maduro não declara a carência do Estado em promover a falta de bem-estar no país com receio de uma intervenção política por parte de Estados dominantes, como os Estados Unidos.

O que se convencionou chamar “direitos humanos” são exatamente os direitos correspondentes à dignidade dos seres humanos. São direitos que possuímos não porque o Estado assim decidiu, através de suas leis, ou porque nós mesmos assim o fizemos, por intermédio dos nossos acordos. Direitos humanos, por mais pleonástico que isso possa parecer, são direitos que possuímos pelo simples fato de que somos humanos (RABENHORST, 2001).

Os princípios de intervenção humanitária surgem no período da Guerra Fria (1945-1991), quando diversos casos ocasionaram no Sistema Internacional um escândalo até que ponto os Estados poderiam chegar a fim de manter-se no poder e ou justificar algum tipo de intervenção militar em determinado território. Casos de descumprimento dos Direitos Humanos surgiram neste período e por intermédio das

intervenções, povos obtiveram auxílio para sobrevivência em situações de dificuldade.

Desde 2014, com o agravamento da crise, os venezuelanos passaram a migrar para países vizinhos como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e demais da região ocasionando a sobrecarga em algumas cidades de fronteira. A Agência das Organizações Unidas para Refugiados (ACNUR) fez campanha para trabalhar em conjunto com os países anfitriões e parcerias para coordenar o acolhimento da população em estado de refúgio com a distribuição de itens de higiene e subsídio básico. A mídia desenvolve um papel indispensável em relação à busca por auxílio e denúncias da situação que o povo venezuelano se encontra. A oposição internacional a Maduro usa recursos midiáticos para promover a legitimidade de uma intervenção no país, principalmente aos grupos de Estados apoiadores dos Estados Unidos, porém é rebatida pelo presidente, apoiadores do legado chavista e defensores dos Direitos Humanos que acreditam que a situação pode ser controlada com políticas providas pelo Estado com o exercício da sua soberania.

Com a crise entre os anos de 2013 a 2019, a situação do país tem se degradado. Milhares de pessoas deslocam-se dos seus ambientes em busca de melhores condições de sobrevivência, causando uma instabilidade migratória insustentável. Os Direitos Humanos são constantemente violados com a ausência de acesso à saúde pela rede pública, acusações de perseguição política e liberdade de expressão com a crescente da repressão aos movimentos sociais. Tais ações fazem com que haja um aumento no discurso por parte de lados da comunidade internacional, apoiado pelo discurso de alinhamento com Donald Trump, uma discussão sobre a necessidade de uma intervenção humanitária (PEREIRA, 2020). Todavia, não existe aparato suficiente no Direito Internacional para provar que há necessidade de uma intervenção externa, pois o intuito da solicitação seria garantir a segurança do povo venezuelano em uma situação de dualidade de poder (SALLANI, 2019).

Destaca-se também, como objeto importante de análise nas relações internacionais, a necessidade de citar a capacidade energética que a Venezuela possui, o papel que o país conduz em ser estratégico para a geopolítica regional como um grande produtor de petróleo para o mundo. Em 2019, um dos acontecimentos que cria um marco na jogada geopolítica vivida pela política bolivariana, foi a autoproclamação de Juan Guaidó como presidente da Venezuela. Guaidó foi constituído como legítimo por países como os Estados Unidos, Reino Unido, alguns países da União Europeia e o chamado Grupo de Lima<sup>2</sup>, no qual demonstraram-se contra o presidente Maduro, pois os países manifestaram o interesse nos recursos energéticos disposto pela Venezuela e o quanto a crise política poderia ocasionar embargos para as relações econômicas (SALLANI, 2019).

---

<sup>2</sup> Reunião de Ministros das Relações Exteriores de 14 países para buscar formas de estabilização política da Venezuela a partir de meios pacíficos (ROSSI, 2019).

Contudo, faz-se necessário buscar entender os motivos pelos quais a Venezuela encontra-se nesta situação, quais princípios estão sendo violados e quais impactos trazem para as relações internacionais.

### **3 Governo Hugo Chávez**

Neste momento iremos abordar a figura do líder venezuelano e sua trajetória política no país. Hugo Chávez foi responsável por trazer para América Latina na década de 1990 uma visão de integração e alinhamento regional, recuperando para o discurso social o poder da palavra “Revolução”. Ele desenvolveu programas sociais para a população, denominados “missões”. Houve uma idealização de um governo populista<sup>3</sup> projetando para o ambiente internacional a visão de prosperidade venezuelana com o crescimento de investimento no negócio petrolífero e serviços públicos.

Para falarmos da era Chavista, precisamos mencionar um de seus antecessores, Carlos Andrés Pérez. Ele desenvolve na Venezuela propostas liberais que posicionam o país em meio ao cenário internacional como importante fornecedor para o mundo bipolar, a chamada Guerra Fria (1945-1991), e como o potencial das reservas naturais do país poderiam contribuir nesse contexto político.

Carlos Andrés Pérez foi o quarto presidente da fase “A grande Venezuela”. Elegeu-se em 1973 sob o bordão “Democracia com Energia” — e era de fato um presidente enérgico, extrovertido e jovial. Conseguiu contagiar o eleitorado com sua concepção de que o petróleo — o principal produto da economia nacional — deveria servir como instrumento para que as nações subdesenvolvidas pressionassem as do Primeiro Mundo por uma ordem social mais justa (UCHOA,2003).

Pérez tornou-se um grande defensor da América Latina e proporcionou em seus discursos a atenção midiática na época em relação à posição que desejava assumir, como o “porta voz dos países latinos”, denominados Terceiro Mundo, e como o sistema internacional dependeria do continente latino-americano. Numa de suas falas em encontros oficiais, Carlos Pérez menciona para o então presidente peruano Francisco Morales, em 1976: “O futuro do mundo será o que a América Latina determinar”.

Devido a suas críticas e posicionamentos, Carlos Pérez durante seu primeiro mandato (1974-1979), não tinha a simpatia de alguns líderes vizinhos, como os presidentes da Argentina, Chile e Brasil que vivenciavam momentos de ditaduras. Tampouco deixou de criar sua marca e projetar para a Venezuela no período,

---

<sup>3</sup> Entende-se como governo populista aquele que busca simpatia das classes sociais mais baixas e defende seus interesses por meio de políticas assistencialistas ou paternalistas (CRAVO, 2017).

autoconfiança apegada aos interesses nacionais e o que era necessário construir para uma conjuntura favorável à economia e desenvolvimento social. Nesse mesmo momento, Carlos Pérez já era criticado pelo método econômico que estava sendo desenvolvido no país, a dependência da economia no “ouro negro” e que os gastos com obras públicas e viagens internacionais diplomáticas eram desnecessárias. Uma das críticas feitas a Pérez pelo jornalista Arturo Uslar Pietri, foi a “profecia”: até quando vai durar o auge da exploração petroleira? O dia em que ela diminuir, se continuarmos as condições atuais, terá chegado para a Venezuela o momento de uma das mais pavorosas catástrofes econômicas e sociais (PIETRI,1978).

Diante o exposto, podemos ressaltar que os anos posteriores a partir do momento em que Chávez assumiu o país em 1999, não são os responsáveis pela economia monopolizada na Venezuela. Retirar do mercado essa centralização não seria uma missão fácil, ademais dos subsídios que o Estado forneceu para o incentivo de investimento interno e externo, existiu a necessidade da atuação do governo em frentes como as do âmbito social e de integração de uma política democrática, o que Chávez colocou como prioridade com a proposta da reforma constituinte de 1999.

Hugo Rafael Chávez Frías nasceu em 28 de julho de 1954, no vilarejo chamado Sabanetas de Barinas. É descendente de líderes conhecidos como caudilhistas. Vem de uma cultura de avós, bisavós e tataravós, herdada do período colonial. Tinha espírito de guerrilheiro que buscava a construção da república a partir de pequenas vilas. Chávez ingressa no exército aos dezessete anos de idade, com o objetivo de ser jogador de beisebol, porém com o tempo acaba desenvolvendo o interesse de ingressar na vida acadêmica. Na década de 1970, com a crise bipolar entre o capitalismo e o comunismo, a Venezuela na América Latina era um dos poucos países que sustentava a democracia, no entanto, sobreviveu a crises institucionais. Tal momento histórico desperta no jovem acadêmico interesse em conhecer a teoria marxista, as teses comunistas, como as revoluções sociais acontecem na América Latina e, aos poucos, nasce o entusiasmo político.

Chávez foi responsável de comunicação do exército, e em sua trajetória militar levantou o questionamento que mais a frente foi usado em seus discursos de intervenção pelos camponeses venezuelanos: “De um lado, camponeses vestidos de militares torturam camponeses guerrilheiros e, do outro, camponeses guerrilheiros matam camponeses vestidos de verde” (UCHOA,2003).

Vivenciou cenas de torturas enquanto esteve no cargo de tenente do exército, ataques a camponeses guerrilheiros e cenas de corrupção de altas patentes do exército. Hugo Chávez no final da década de 1970, passa a formar o primeiro

movimento junto a companheiros militares: o Exército de Libertação do Povo da Venezuela. Anos a frente é formado o Movimento Revolucionário Bolivariano, conhecido pela sigla MBR-200, no qual Simón Bolívar e seus ideais, transformam-se em inspirações para o grupo.

No período que precede a era Chávez, temos o movimento social espontâneo que ocorreu em 1989, o qual foi chamado Caracazo, na cidade de Guarenas. Um aumento inesperado do preço do combustível na manhã do dia 27 de fevereiro do ano de 1989, fez com que desencadeasse um acréscimo gradativo nas tarifas de transporte público no país. Trabalhadores juntaram-se para questionar e discutir as decisões e as consequências sociais daquele episódio. O movimento cresceu e em poucas horas criou uma desordem social com queima de transportes, roubos e saque em estabelecimentos privados. Como tratou-se de uma revolução não planejada por parte de alguns indivíduos civis, Chávez e aliados não puderam preparar um apoio ao Caracazo, porém mais adiante, o movimento serviu de sustento para a tentativa de golpe. O movimento também deixou marcas com a quantidade de vítimas devido ao confronto direto entre os manifestantes e a guarda nacional, número desconhecido ainda hoje.

Em 1992 Chávez tenta, por meio de golpe, tomar a liderança do país do então presidente Carlos Pérez. O golpe fracassou e Chávez e seus aliados militares foram presos, contudo Chávez afirmou na época que havia falhado em sua primeira missão, ao menos por enquanto (“por ahora”), e incentivou seus companheiros à resistência contra o regime puntofijismo (Pacto de Punto Fijo - acordo firmado entre partidos venezuelanos em 1958).

Uma das principais críticas ao modelo do regime do Pacto de Punto Fijo de 1958, é que mesmo em cenário de crescimento não houve por parte da estratégia de governo da Venezuela, no período de Carlos Pérez e logo em seguida Chávez, o verdadeiro aproveitamento do aparato estatal com as empresas, instituições e organizações. Não houve direcionamento do país para uma estratégia de desenvolvimento menos dependente do petróleo (PAZ, 1999).

Hugo Chávez venceu as eleições de 1998 com 56% dos votos e assumiu o cargo de presidente no ano seguinte, com a promessa de desenvolver uma forte mudança em diversos setores do Estado, o que ficou conhecido como “Furacão Chávez”. Passa, a partir de então, a levantar pautas de combate à corrupção e ao puntofijismo, promover a democracia com a participação popular em decisões como a reforma da constituição e erradicar a desigualdade social através de campanhas. Em 1999, em sua cerimônia de posse à presidência, discursa como a constituição de 1961 da república não atende as necessidades da Venezuela, denominando “moribunda” a Carta Magna do país e, com isso, acaba provocando o

ex-presidente Rafael Caldera. Para Hugo, a revolução começou a partir da promoção da mudança institucional e com ela a quebra de vínculos de corrupção que aos poucos foram desvendados no jurídico e no legislativo do país.

Caldera era um presidente de passagem. Sucedeu Carlos Andrés Pérez, deposto sob acusações de corrupção, consciente de que estava no olho do furacão e que era preciso acalmar as águas. Um ano antes das eleições, declarou: “Queremos entregar aos nossos sucessores um país governável, por isso trabalhamos na recuperação da ordem pública e da paz social. E que não se volte a incorrer em erros cujas consequências fatais conhecemos e que custam esforços inauditos para reparar” (UCHOA, 2003).

Segundo André Coelho, a Constituição elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte, em 1999, instituiu o projeto da “democracia participativa e protagônica”, e renomeou o país para República Bolivariana de Venezuela. A Carta estabeleceu que o Estado venezuelano fundamenta seus princípios morais em valores como liberdade, igualdade, justiça e paz internacional com base na doutrina de Simón Bolívar, conhecido como El Libertador (REPÚBLICA, 1999).

Para além da mudança na estrutura da república existente, Chávez propôs diminuir o índice de pobreza do país. Para isso, foi necessário a intervenção do Estado em alguns parâmetros da economia voltada ao negócio petrolífero, afetada na década de 1970 pela crise do petróleo. Isso ocasionou um aumento no desemprego no país. Com a saída de empresários locais de algumas regiões, o presidente identificou a necessidade de incentivar a cooperação regional com países do continente, como por exemplo o Brasil. Contudo, Chávez ainda permanece em um cenário de dependência da economia do petróleo e o aumento de importações do país por produtos de assistência básica faz com que não haja desenvolvimento do mercado nacional.

Com isso, pode-se discutir que a crise econômica na qual houve o estopim social, está muito além dos últimos anos (2013-2019) e da crise política existente. Conseguiu-se buscar por fontes que relatam que o sistema de corrupção e tiranias estão enraizados na história do Estado venezuelano. Contudo, não se pode deixar de reconhecer que Hugo Chávez representou um movimento de revolução do “Socialismo do Século XXI” para a Venezuela e América Latina, promovendo debates e política de integração regional e anti-imperialista no eixo Sul-Sul (WEBER, 2020).

## **4 Governo Nicolás Maduro**

Nicolás Maduro nasceu na cidade de Caracas em 1962 e, enquanto jovem, participou de movimentos trabalhistas em prol dos direitos da classe dos motoristas de transporte público. Por incentivo de seu pai, ingressou na militância, dando início a sua carreira política. No início da década de 1990, Maduro ingressa no Movimento Bolivarianos Revolucionário 200, o MBR-200, onde conhece Hugo Chávez e ambos formam a liderança do movimento contra o governo de Carlos Pérez em 1992. Durante a tentativa de golpe em 1992, com a prisão de Chávez e de outros militares, Maduro foi responsável ativamente por liderar protestos em prol de Chávez e os movimentos liderados por ele e por sua então esposa criaram vínculos sociais para as futuras eleições de 1998. Logo à frente em 1998, com o partido reformulado Movimento Quinta República, o MVR lança Hugo Chávez como principal candidato às eleições presidenciais.

Com Hugo Chávez no poder, Maduro teve influência direta como um dos participantes no principal plano de ação para o movimento chamado por Chávez "Revolução Socialista do Século XXI", em 1998 foi eleito deputado para a Câmara dos Deputados da Venezuela, e ingressa na Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração da nova Carta Magna do país. Junto com Chávez, Maduro propagou um agrupamento dos partidos de esquerda e deu nome aos movimentos políticos sociais. Em 2007, criou-se o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). Antes de assumir o cargo de vice-presidente, Maduro foi nomeado em 2006 ministro das Relações Exteriores do governo Chávez e em seus discursos mantém o alinhamento regional com os países da América Latina e declara junto ao movimento chavista a necessidade de combate ao imperialismo propagado pelos Estados Unidos.

Em outubro de 2012, Hugo Chávez venceu as eleições presidenciais e acolheu Nicolás Maduro como seu vice-presidente em seu terceiro mandato. Entretanto, por motivos de saúde, o então presidente acabou por deixar o país sob a administração interina de Maduro. Em 5 de março de 2013, faleceu em Caracas o líder carismático do movimento da Quinta República. Nicolás Maduro tomou posse em abril do mesmo ano levando o país para novos parâmetros de análise do que foi construído pelo seu antecessor.

### **4.1 A crise dos últimos anos**

Segundo Robert Dahl (2001), para um país ser considerado uma legítima democracia, seus parâmetros políticos devem constituir seis importantes requisitos, para então ser observado se há ou não democracia, que são eles: liberdade de



expressão, servidores eleitos, eleições livres e frequentes, informação com origens distintas, autogoverno para as instituições e cidadania inclusiva.

O que é definido por Dahl, passou ao decorrer dos anos, a ser duvidado se realmente existe democracia na Venezuela, e como podemos diferenciá-la das demais existentes na América Latina. Maduro venceu as eleições de 2013 com 50,61% dos votos, tendo o seu principal oponente, Henrique Capriles, conquistado 49,12%, de acordo com dados do Conselho Nacional Eleitoral (CNE). O resultado das eleições trouxe um período de uma oposição mais forte, apoiada pelo imperialismo estadunidense. Em declaração, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, fala sobre a probabilidade de eleições fraudulentas e inclusive citando a capacidade inconstante do então presidente eleito de governar o país na atual conjuntura (FIGUEIREDO, MORAIS, 2019). Maduro assume a partir de então uma posição mais firme. A oposição encaminha à população a necessidade de expressar-se por meio de protestos e com o agravamento da crise econômica, os movimentos sociais tomaram mais força em 2014. À medida que as restrições do país com o mercado internacional crescem, as pessoas não dispõem do básico para subsistência provocando, mais uma vez, uma instabilidade política para o governo venezuelano.

De acordo com o artigo publicado em maio de 2020 pelo Instituto de Estudos Latino Americanos, o IELA, a Venezuela tem enfrentado o que podemos denominar de "guerra econômica", quando a burguesia comercial tem sido usada desde 2015 em diante como fantoche na distribuição de produtos importados. Os comerciantes tinham acesso à compra de produtos básicos de higiene e de alimentos, porém não realizavam a distribuição para o comércio, fazendo com que as pessoas entrassem em desespero com escassez desses produtos. O governo Maduro vê-se forçado a agir rapidamente para evitar o transtorno social e fortalece os centros de compra e repartição, no entanto não permaneceu livre das demais estratégias de embargo lançadas pelos Estados Unidos e por seus aliados. (REVILLA; SEQUERA, 2016)

Internamente, na Assembleia Constituinte, Maduro passou a enfrentar diretamente um conjunto de opositores que se reuniram e formaram a Mesa da Unidade Democrática (MUD), um partido de junção dos partidos de extrema direita e centro-esquerda. Passam a ser os maiores incentivadores das manifestações populares e consolidam estratégias para o combate à "ameaça comunista". Em 2015, o partido passou a ocupar  $\frac{2}{3}$  dos assentos da Assembleia Nacional, levando em pauta a necessidade de debates reais para o principal inimigo do povo, o agravamento da crise econômica (SUTHERLAND, 2016).

De acordo com Pérez-Linán (2014), existem duas ameaças que são vitais para uma queda presidencial: a oposição do parlamento e os movimentos sociais. Em

2014, Maduro enfrenta 9.286 mobilizações sociais contra a sua administração, em comparação com o período de 2001 a 2002, quando Chávez vivenciou cerca de 1.300 movimentos de rua (LÓPEZ MAYA; UZCÁTEGUI, 2016). Tendo um crescente volume da população contra o seu governo e uma forte oposição no congresso nacional, a pergunta que podemos levantar é: por que Maduro não caiu? Quais foram as medidas tomadas para a manutenção do poder em um cenário adverso?

A grande estratégia de Maduro para manter-se no poder foi usar a seu favor uma parcela do legislativo, ainda de maioria chavista. Antes da posse das últimas eleições de 2015 para a Assembleia Nacional, foi possível nomear 13 novos juízes para o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), o que se pode chamar de “escudo” ao seu governo. Com essa medida, Maduro consegue apoio para retirar uma série de poderes do parlamento venezuelano, pois o combate da oposição ao judiciário acaba levando alguns parlamentares a terem sua candidatura impugnada por desacato. Além disso, o presidente obteve apoio para contestar a Lei de Anistia de 2016, aprovada pelo Congresso, que dava liberdade a opositores ao governo chavista. Ou seja, Maduro forma aquilo que ficou caracterizado como “escudo e espada” para manter-se no poder (NASCIMENTO, 2020).

Com o aumento da queda dos indicadores econômicos em 2017, as manifestações populares aumentam e com elas eclode o aumento do radicalismo por parte das forças de segurança. Partidos como Vontade Popular e Primeiro Justiça, liderados pelos opositores ao modelo chavista, Leopoldo López e Henrique Capriles respectivamente, convocam boa parte dos movimentos ocorridos. No entanto, os movimentos de 2017 ganharam repertórios violentos e de cunho racista, criando na população uma aversão aos apoiadores dos chavistas (MUZZI, 2019). Uma das soluções propostas pelo Executivo para conter a revolta popular foi a proposta de uma nova Assembleia Constituinte, mas a iniciativa gerou revolta por parte dos membros da Mesa de Unidade Democrática (MUD). Este partido defendeu que para haver uma nova reforma na constituição do país, a população deveria ser consultada.

Maduro aproveita a falta de identificação e organização dos seus opositores para moldar estratégias e planejar movimentações que subsidiem a necessidade da população estremecida com a crise. Foram anunciadas quatro medidas que diminuiria o impacto na vida da população, principalmente os mais pobres: a utilização do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) para distribuir produtos básicos para a população mais afetada, aumento na emissão de moedas através do Banco Central da Venezuela, manutenção de subsídios ao preço da gasolina, transporte, água e outros serviços, disponibilizando o acesso quase gratuito (SUTHERLAND, 2018).

Com a conservação da efetividade dessas políticas e sem a extorsão da população mais pobre, Maduro faz com que exista um modelo de clientelismo, cujo objetivo é conservar a ação como um igualador social. Em 2018, Maduro se reelege e toma atitudes essenciais para a manutenção do poder para os anos seguintes: ampliação do apoio dentro do Judiciário, retirada de funções essenciais do Legislativo como envolvimento acerca dos temas de segurança nacional, Direitos Humanos, finanças e temas de ordem interna e a adoção permanente das estratégias da medida clientelista para amenizar as condições precárias do povo.

## **5 Intervenção para garantia dos Direitos Humanos ou do Imperialismo dos Estados Unidos?**

Não podemos negar que o povo ainda sofre com a crise das últimas décadas, para além do agravante sanitário com a pandemia do covid-19, e ainda assim são privados de recursos como acesso à saúde, à educação e a demais serviços públicos que podemos classificá-los como essenciais e independente de gestão política e suas relações. Sabemos que alguns países são identificados como dominantes, ou como países com poder hegemônico. Para as teorias dominantes no estudo em Relações Internacionais, o realismo clássico e o institucionalismo, a ordem internacional pode ser considerada um reino de repetição, ou seja, para fins de ganhos os Estados tendem a ser equivalentes do que foram no passado para o futuro.

Em uma análise crítica acerca do caso da Venezuela, podemos enxergar um controle excessivo de países capitalistas, principalmente os Estados Unidos, realizando ataques diretos ou indiretamente a camadas da sociedade bolivariana. Uma das estratégias é o uso da mídia como arma, a fim de propagar revolta internacional contra um governo legítimo, porém ainda assim descrito como ditatorial. O marxismo claramente descreve tais eventos como o que chamamos de alienação social e exploração do sistema de produção capitalista, além de negligenciar outras formas de dominação baseadas na raça, no nacionalismo e na soberania estatal.

O que caracterizamos anteriormente como "guerra econômica" nada mais seria que uma corrida imperialista para manutenção do capital econômico. Desde 1998, quando Chávez assumiu o poder, os Estados Unidos tentam destruir a proposta do bolivarianismo. Em 2002, com a tentativa de golpe ao governo Chávez, porém sem sucesso, houve a percepção de que para abalar ou desfazer aquilo que o chavismo havia conquistado seria necessário outras medidas (COELHO, 2021).

Com a morte de Chávez em 2013, é despertada a percepção de que se havia conquistado a disputa e a elite local voltaria a servir ao império norte-americano,

porém Maduro assume uma posição de sucessor do legado chavista, procurando amparar-se nas decisões populares, para não ter o descrédito do que era proposto em suas ações, com seu discurso de alinhamento de governo para o povo e pelo povo. Com a crise do desabastecimento, provocada majoritariamente pelo comércio de importação com os Estados Unidos e países aliados, as famosas "fake news" começaram a atuar com a imagem de que o governo seria o responsável pela crise e sofrimento do povo. Mas como culpabilizar apenas o governo como responsável se a elite empresarial de direita pretende manter-se no controle de produtos e alimentos para maximização dos seus ganhos? O governo de Maduro procura constantemente alternativas para minimizar os impactos à população e a resistência, como por exemplo, a cooperação com países da África para importação de recursos alimentícios, com o Irã para compra de combustíveis e países como China e Rússia como principais aliados de cooperação (ARAÚJO, 2019).

Outro fator importante para estimular o não favorecimento do Estado soberano, foram as medidas de barganha econômicas impostas pelos Estados Unidos e alinhadas com países como Reino Unido, Alemanha e países com que o governo bolivariano possui relações comerciais. Uma das medidas que têm sido pleiteadas pelo governo de Maduro é a posse de cerca 31 toneladas de ouro, cerca de dois bilhões de dólares, que estão armazenadas no cofre do Banco Inglês. Em 2020, Maduro recorre à ONU para tentar acesso ao recurso para fins de assistência à população no combate à pandemia da Covid-19, porém sem êxito. O recurso poderia ser usado na assistência à população, todavia, para além dos valores retidos pelo governo inglês, existem embargos que o governo poderia usar a favor do restabelecimento econômico do país, mas não é esse o interesse das potências ocidentais. De acordo com dados do Observatório Venezuelano Antibloqueio, desde 2014, as determinações dos Estados Unidos congelam cerca de quarenta bilhões de dólares da Venezuela, ocasionando um empecilho do governo em restabelecer sua economia e apoio social (ESTANISLAU, 2022).

Diante do mencionado, como podemos afirmar que existe quebra dos Direitos Humanos apenas por responsabilidade da administração de um governo que recebe a denominação de ditador? Pois para providenciar a conservação dos bens econômicos e sociais do país, existem marionetes de manipulação política midiática, como Juan Guaidó. Dificilmente, em um mundo globalizado, países sobrevivam ou consigam restabelecer uma economia forte em um cenário de não cooperação. Também não podemos tirar a responsabilidade do Estado venezuelano em manter a dependência forte da economia voltada para exportação do petróleo e do não fortalecimento do processo industrial no país trazendo para si uma forte dependência da importação de produtos industrializados.

## 6 O Direito Internacional dos Direitos Humanos e a Crise

Em 1945, uma conferência internacional para promoção da paz, a Conferência das Nações Unidas, surgiu a Organização das Nações Unidas (ONU), em um cenário voltado para discussões e ações das nações que buscavam por paz e como mantê-la. O principal documento da Carta da ONU registra em seu artigo o seguinte parâmetro: "No caso de conflito entre as obrigações dos membros das Nações Unidas, em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta" (ONU, 1945).

O objetivo da Carta é formar uma espécie de comitiva internacional que lograsse a prevenção de futuras guerras mundiais e fortalecer a promoção da paz entre os povos. Os 193 países-membros comprometem-se a cumprir o que ficou denominado como a nova ordem internacional:

“NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS: a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.” (ONU, 1945).

Dentro do debate internacional para garantia do Direito do Homem, ampliou-se a necessidade de discutir os princípios essenciais para que os seres humanos convivam e garantam critérios que devem ser considerados primordiais a uma vida digna e que sejam: independente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, nacionalidade, origem social ou qualquer outra condição que faça distinção aos seres humanos. Somente a partir da efetivação do Direito Internacional dos Direitos Humanos, que a unificação dos direitos veio a ser aplicada. Cada Estado seguia de acordo com a prática conforme seu regimento interno, porém a contar deste marco, passa a existir uma universalização e aplicabilidade através das instituições e acompanhamento das relações governamentais entre os Estados (MENDES; PINHEIRO, 2015).

Para uma análise dos Direitos Humanos em um contexto pós-guerra (1945), podemos separá-los em dois parâmetros: um responsável pelo contexto internacional e outro pelo regional, sendo este o que iremos aplicar dentro da

exploração acerca do caso venezuelano. O estudo universal alcança o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), o Direito Internacional Humanitário (DIH) e o Direito Internacional dos Refugiados (DIR). Apesar de formarem setores distintos, são considerados vertentes complementares do Direito Internacional Público (MENDES; PINHEIRO, 2015).

Uma das causas de receio da comunidade internacional no que fere o caso da Venezuela, foi os períodos de picos da crise migratória iniciada em 2014, quando os países da América do Sul, incluindo o Brasil, passaram a receber em cidades de suas fronteiras um forte fluxo migratório. De acordo com normas internacionais, declarada na Convenção para os Direitos Humanos de 1951, o conceito de refugiado é toda pessoa, independente do seu local de origem, que se encontra fora do seu país natal e que não deseja retornar devido a perseguição política, de raça, religião, nacionalidade ou devido à grave violação de seus direitos humanos:

Para os fins da presente Convenção, o termo "refugiado" se aplicará a qualquer pessoa: 1) Que foi considerada refugiada nos termos dos Ajustes de 12 de maio de 1926 e de 30 de junho de 1928, ou das Convenções de 28 de outubro de 1933 e de 10 de fevereiro de 1938 e do Protocolo de 14 de setembro de 1939, ou ainda da Constituição da Organização Internacional dos Refugiados; [...] 2) Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (CONVENÇÃO DE 1951).

Em matéria publicada pela organização não governamental, Casa Venezuela, dados oficiais divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em dezembro de 2020, a migração do povo venezuelano é a 2º maior crise de refugiados do mundo e o maior movimento histórico recente na América Latina, em torno de 6 milhões de pessoas e uma média de 20% da população total do país, saem em busca de melhores condições de vida. A soma de elementos de instabilidade política, carecimento socioeconômico, desemprego, situações de insegurança e violência são alguns dos fatores responsáveis pelo estímulo do êxodo da Venezuela. O país entra em 2020 no top 1 do maior índice de homicídios da América Latina e Caracas é a 2º capital mais perigosa do mundo (CASA VENEZUELA, 2020).

Em 2022, podemos enxergar uma redução no índice de pobreza da Venezuela com a redução das sanções de bloqueio por parte dos Estados Unidos. Todavia, ainda não é suficiente para tirar o país da recessão (ESTANISLAU, 2022). Conforme a Pesquisa Nacional sobre Condições de Vida, divulgada em novembro de 2022 pela Universidade Católica Andrés Bello (UCAB), o índice de pobreza multidimensional para 2022 chegou a 50,5% com relação ao do ano de 2021 que foi de 65,2%, apresentando uma queda significativa desde 2014. Ou seja, como resultado de uma liberalidade por parte do governo para que setores da economia possam atuar de forma independente e como resultado da aprovação da Lei Antibloqueio em 2020 para que haja maior incentivo do desenvolvimento no setor privado, houve um crescimento na disponibilidade de empregos formais (ENCOVI, 2022).

Para entrevista realizada pelo jornal Brasil de Fato em novembro de 2022, o pesquisador Luis Javier Ruiz, menciona que a queda nos índices de pobreza e o avanço dos níveis de renda podem ser esclarecidos pelo crescimento das atividades do setor privado, resultado benéfico de medidas econômicas adotadas pelo governo de Maduro para mitigar a crise, mas ainda não é suficiente para reduzir o nível de desigualdade no país (ESTANISLAU, 2022).

Um dos advogados e membros do Coletivo de Direitos Humanos Surgentes, Antonio Plessmann, falou sobre a atual situação econômica do país em declaração:

É evidente que o cenário de crescimento econômico vai continuar e isso pode ter um impacto favorável na redução da pobreza, mas não na redução da desigualdade. Os efeitos desse processo estão fazendo com que um setor da burguesia esteja acumulando grandes quantidades de dinheiro por conta dessa política de estímulo do Estado, enquanto setores da população seguem se mantendo com menos do que um dólar diário estabelecido pelos padrões das Nações Unidas (ESTANISLAU, 2022).

Portanto, o que podemos afirmar é que a crise instalada na Venezuela, reflete o jogo de interesses envasado para maximizar ganhos a longo prazo. A crise migratória a partir de 2013 torna-se foco mundial provocada por um “combo” adquirido pelos capitalistas como os Estados Unidos para promover a ilegitimidade do governo bolivariano. Não podemos negar que existiu e ainda persiste o sofrimento de pessoas nessa disputa por controle e poder, mas enquanto não é alcançado o objetivo final ainda existirá novas vítimas.

## 7 Considerações Finais

A vulnerabilidade vivida pelo povo e pelo aparato governamental foi e é muito além do que caracterizou-se como um resultado de má administração econômica ou consequências de governos considerados autoritários pela mídia hegemônica ocidental. A natureza do problema social, passa a abarcar uma junção enraizada de déficits econômicos, manutenção de uma dependência industrial do mercado internacional, uma nação imperialista que se contrapõe aos interesses da maioria da população do país e uma política interna desestabilizada em seu conceito de gestão.

Hobsbawm, em sua obra *Viva La Revolución*, menciona que o sucedido na América Latina nada mais é do que uma prática do que foi chamado por ele de neofeudalismo do século XX, onde podemos observar o modo de produção do bloco regional e os interesses aos que buscam o desenvolvimento do capitalismo (HOBSBAWM, 2017).

O que podemos enxergar também, no cenário entre 2021 até o final de 2022, é uma nação representada e disposta a reconduzir sua administração em prol das classes historicamente menos favorecidas e, para além disso, desenvolver meios diplomáticos a favor da recuperação de recursos estatais com o intuito de revertê-los para uso em combate da crise. Os Estados Unidos atuam como um dos maiores opositores ao modelo chavista. Por outro lado, podemos ver como a população foi usada como escudo e utensílio dentro do jogo de interesses existentes por trás da crise. As relações entre os Estados que se envolvem na elaboração de medidas para prestar assistência à Venezuela, nada mais buscam por métodos de não promover o país. Um Estado que encontrava-se em ascensão no crescimento da sua capacidade energética nas últimas décadas e que possivelmente é um forte influenciador da soberania regional que os países da América Latina procuram possuir.

A pesquisa proposta teve por finalidade abordar e ponderar a situação atual da Venezuela através da investigação da conjuntura dos dois últimos governos do país. Pode-se destacar as esferas que definiram a crise e como os Direitos Humanos são aplicados. Buscar por hipóteses e justificativas não irá apalpar para o povo uma solução tangível, nem tampouco irá promover um lado certo ou errado. O que ocorreu com a Venezuela não foi o primeiro e não será o último caso da corrida entre o capitalismo imperialista e o que Chávez denominou como a "Revolução Socialista do Século XXI".



## REFERÊNCIAS

ACNUR - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Estatuto do Acnur.** Disponível em: <[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Estatuto\\_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Estatuto\\_ACNUR](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR)>. Acesso em: 15 Janeiro de 2023.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

ARAÚJO, André Leite. **Venezuela: Relações Comerciais e Políticas.** Disponível em: <http://observatorio.repri.org/2019/04/01/venezuela-relacoes-comerciais-e-politicas/>. Acesso em: 29 de janeiro de 2023.

**A Crise Migratória.** Disponível em: <https://www.casavenezuelabr.com.br/a-crise-migratoria>. Acesso em 01 de Fevereiro de 2023.

**A Venezuela e a luta por sobreviver.** Disponível em: <https://iela.ufsc.br/a-venezuela-e-a-luta-por-sobreviver/>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2023.

**A “profecia fatalista” sobre a Venezuela feita por um jovem há mais de 80 anos.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53384780>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Estudo de país de Origem - Venezuela.** Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2019. Disponível em: Acesso em: 25 de Janeiro de 2023.

BOUTROS-GHALI, Boutros. **An agenda for peace.** New York: ONU; docs. A/47/277 - S/24111, 17 jun. 1992.

**CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS.** Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, 1951.

**Como Começou a Crise na Venezuela?** Disponível em: <[www.politize.com.br/crise-na-venezuela/](http://www.politize.com.br/crise-na-venezuela/)> Acesso em: 18 de Julho de 2022.

COELHO, André. ROSA, Beatriz. MENDES, Edson. **Maduro, Chavismo e Bolivarianismo: Continuidade ou ruptura?** Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/56317/56317.PDF>. Acesso em: 10 de Dezembro de 2022.

CRAVO, Adriano. **Populismo: o que é, afinal?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/populismo-o-que-e/>. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2023.

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.** Organização das Nações Unidas, 1948.

DONNELLY, Jack. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **Seminário de Direitos Humanos no Século XXI.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais; Fundação Alexandre Gusmão; Seminário de Direitos Humanos, 1998. pt. 1, p. 167-208.

ESTANISLAU, Lucas. **Mesmo longe de níveis pré-crise, Venezuela encerra ano com crescimento e redução da pobreza.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/30/mesmo-longe-de-niveis-pre-crise-venezuela-encerra-ano-com-crescimento-e-reducao-da-pobreza>. Acesso em: 04 de Fevereiro de 2023.

FIGUEIREDO, Daniel. MORAIS, Isabela. **Crise da Venezuela:entenda o país com dois presidentes.** Disponível em:<https://www.politize.com.br/crise-da-venezuela-e-dois-presidentes/?>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2023.

HOBSBAWM, Eric. **Viva la revolución: a era das utopias na América Latina.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 211-220.

**Hugo Chávez: O homem que mudou a história da Venezuela.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/hugo-chavez>. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2023.

MUZZI, Geraldo Affonso. **A Venezuela de Simón Bolívar, de Hugo Chávez e Nicolás Maduro.** Campinas:Titular da Cadeira Nº 4 do IHGG. Disponível em: <https://ihggcampinas.org/2019/03/05/venezuela-bolivar-chaves-e-maduro/>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2023.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A carta das Nações Unidas.** Disponível em: <http://iusgentium.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/08/CARTA-DA-ONU.pdf>>. Acesso em: 10 de Janeiro de 2023.

**Para entender a Venezuela.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/para-entender-a-venezuela/>>. Acesso em: 18 de Julho de 2022.

PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel; CARDIM, Carlos Henrique. **Venezuela: Visões Brasileiras.** Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

PENNA, David R.; CAMPBELL, Patricia J. Human rights and culture: beyond universality and relativism. **Third World Quarterly**, v. 19, n. 1, 1998, pp. 7-27.

PEREIRA, Ricardo Rosa Frazão et al. **Fenômeno migratório da Venezuela e os direitos humanos para reconstrução de uma teoria normativa.** 2020.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Max Limonad, 1998.

REVILLA, Gustavo. SEQUERA, Diego. **Guerra não convencional contra a Venezuela**. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/guerra-nao-convencional-contra-a-venezuela/>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2023.

ROSSI, Amanda. **O que é o Grupo de Lima, que reúne 14 países para discutir a crise na Venezuela**. São Paulo: Folha de São Paulo, 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/o-que-e-o-grupo-de-lima-que-reune-14-paises-para-discutir-a-crise-na-venezuela.shtml>> Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

SALLANI, João. **Crise, reconhecimento e intervenção: afinal, a quem cabe falar pela Venezuela?** Cosmopolita, 13 de Dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.cosmopolita.org/post/venezuela-reconhecimento-e-interven%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2023.

SEGOVIA, Dax Toscano. **Propaganda y Manipulación Mediática Contra el Régimen Bolivariano Venezolano y Sus Políticas Económicas por Parte de los Periódicos Hoy en el Comercio de Ecuador**. Ecuador: Universidad Central del Ecuador, 2014.

Sem autor: Encuesta Nacional sobre condiciones de vida 2022 (ENCOVI). **Condiciones de vida de los venezolanos**. Universidade Católica Andres Bello (UCAB). Disponível em: [https://assets.website-files.com/5d14c6a5c4ad42a4e794d0f7/636d0009b0c59ebfd2f24acd\\_Presentacion%20ENCOVI%202022%20completa.pdf](https://assets.website-files.com/5d14c6a5c4ad42a4e794d0f7/636d0009b0c59ebfd2f24acd_Presentacion%20ENCOVI%202022%20completa.pdf). Acesso em: 25 de Janeiro de 2023.

Sem autor: **"Crise humanitária" é provocada pelo capital**. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/crise-humanitaria-e-provocada-pelo-capital/>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2023.

SILVA BARROS, Pedro. **Chávez e Petróleo: Uma análise da Nova Política Econômica Venezuelana**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2011.

MENDES, Ana Cristina. PINHEIRO, Valéria Mendes. **O direito internacional dos refugiados (dir) e os direitos humanos tutelados universalmente**. Âmbito Jurídico. 2015. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/o-direitointernacional-dos-refugiados-dir-e-os-direitos-humanos-tutelados-universalmente/>>. Acesso em: 30 de Janeiro de 2023.

**Tudo Sobre o Caso da Venezuela**. Disponível em: [brasil.elpais.com/tag/nicolas\\_maduro](https://brasil.elpais.com/tag/nicolas_maduro)>. Acesso em: 18 de Julho de 2022.

UCHOA, Pablo. **Venezuela a encruzilhada de Hugo Chávez**. São Paulo: Editora Globo, 2003.

**Um Breve Histórico da Venezuela: da Quarta População Mais Rica do Mundo à Atual Mendicância.** Disponível em: <[www.mises.org.br/Article.aspx?id=2687](http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2687)>. Acesso em: 18 de Julho de 2022.